

USOS, REUSOS E ABUSOS: ATRAVESSANDO “FRONTEIRAS” E “LUSO-AFRICANIDADES” NAS HISTORIOGRAFIAS DE ANGOLA, CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU PARA OS SÉCULOS XV, XVI E XVII

Alec Ichiro Ito¹

Introdução²

As navegações e os descobrimentos portugueses suscitam questões entre os acadêmicos. Muitos deles tentam explicar quais foram os motivos que fizeram com que os portugueses explorassem o Atlântico: a pobreza como motivadora da busca por riquezas e lucros comerciais (Birmingham 2000, 2-3; 1999, 1, 33); a posição geográfica privilegiada de Portugal diante do Atlântico (Santos, C. 1997, 15); a guerra peninsular como válvula propulsora da expansão ultramarina (Santos, J. 1998, 147-148); o jogo entre os impérios e a subjugação de outros povos (Godinho 1998, 55; Alencastro 1998, 193); o desenvolvimento do comércio mercantilista (Novais 1995), entre outros. Por mais que a discussão levante pontos divergentes, há um chão-comum quanto

1 Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), São Paulo, Brasil.
E-mail: alec.ito@usp.br

2 Este artigo é um dos desdobramentos do projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), número de processo 2013/18238-3, executado sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Marina de Mello e Souza. Agradecemos a Gustavo Velloso, atualmente doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), pela sugestão em abordar a noção de “fronteira”, como também ao professor Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron pelas críticas e sugestões feitas ao longo dos Seminários Teóricos e Práticos de Metodologia da Pesquisa Histórica I e II, em 2014.

a um dos desdobramentos: as navegações fizeram com que os europeus encontrassem um “novo outro”, tendo como consequência o surgimento de questões como a definição do “nosso mundo”, o “mundo deles” (Borhein 1998, 17-18, 32-33) e o estabelecimento de relações entre “mundos diferentes” (Godinho 1998, 71-72; Birmingham 1999, 12-13).

Seguido do encontro inicial, o contato entre sociedades distintas traria novos desafios. Nas palavras de Vitorino Magalhães Godinho, estudar o contato seria inventar “a unidade do gênero humano na pluralidade” (Godinho 1998, 77, 80, 82). Em uma perspectiva análoga, desde a década de 60 os africanistas ressaltam a importância dos contextos locais no processo de criação de “pontes de conexão entre mundos”. Desse interesse se desprendem dois pontos: o primeiro está vinculado à noção de “fronteira”; o segundo são algumas das noções de “lusos-africanidades”.

Na contramão de um estudo historiográfico, este artigo é uma reflexão ensaística sobre algumas noções e entendimentos que percorrem os estudos africanos sobre a expansão portuguesa na África Ocidental e Centro-Ocidental. Por isso, não nos deteremos nas condições de produção, filiações ideológicas ou nas tendências que competiram para a elaboração de narrativas históricas, senão no “compartilhamento itinerante” de ideias, na circularidade de usos e reusos conceituais e nas “soluções gerais” fornecidas para alguns problemas canônicos. Nesse sentido, somos influenciados por uma proposta de reflexão apresentada por Leila M. G. Leite Hernandez (2014). Nossos objetos de análise são as obras mais influentes que abordam as histórias de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau para os séculos XV, XVI e XVII.

Quais são os compartilhamentos e circularidades que enredam as noções de fronteira e luso-africanidade? Como essas ideias estão associadas aos estudos sobre os encontros e contatos? A noção de fronteira é necessária para o paradigma epistêmico contemporâneo? Há riscos em negligenciá-la? Esses são alguns dos problemas que percorrerão o texto.

Da fronteira africanista à conexão global

Nosso ponto de partida são as propostas interdisciplinares de Philip D. Curtin e Jan Vansina, fundadores do programa de estudos africanos de Madison-Wisconsin.³ Desde a fundação desse núcleo de pesquisa, em 1961, esses acadêmicos propuseram a escrita de uma história da África capaz de

³ Informação retirada do endereço eletrônico institucional do *African Studies Program*: <http://africa.wisc.edu/>.

inserir as particularidades africanas, como as de alguns eventos históricos e demais especificidades, dentro da universalidade do gênero humano, através dos chamados “padrões gerais de mudança” (Curtin *et al.* 1995, xiii). A questão fundamental que perpetrou Madison-Wisconsin foi: “como as sociedades humanas mudam ao longo do tempo?” (Curtin *et al.* 1995, xiv).

Mesmo que utilizassem critérios de análise exclusivamente europeus, sendo por vezes acusados de etnocentrismo, Curtin e Vansina foram importantes defensores da história da África como disciplina independente. A separação entre a Europa e a África será ressaltada, nesse sentido, como uma cisão entre “mundos”. Por mundo, entende-se uma macrorregião cujo arcabouço tradicional, ou histórico, confunde-se com a existência de grupos linguístico-culturais alargados. Um mundo segue um padrão linguístico e socio-histórico, como por exemplo a associação entre o macro grupo bantu com uma estrutura matrilinear comum, recorrente do Atlântico ao Índico. Acoplado ao entendimento de mundo segue o de “fronteira” que, por seu turno, estabelece os limites entre estruturas culturais, linguísticas, históricas e tradicionais. Para que fique mais claro como esses termos estão associados, esboçamos uma breve reconstituição de como a antropologia histórica de Madison-Wisconsin os trabalhou.

Sobretudo interessados em entender como os Estados surgiram e funcionavam na África e, em menor escala, como os contatos com os europeus influenciaram nos rumos do continente, os etno-historiadores⁴ defenderam o “método da história regressiva”.⁵ Esse modo de escrita da história pressupõe que o processo histórico, ou “linha evolutiva”, seria uma explicação cronologicamente narrada do desenvolvimento de comunidades locais em sociedades políticas (Vansina 1990, 31). Tal explicação estaria encapsulada na “tradição original” que funda as sociedades, estimulando a criação de dispositivos de legitimação da ordem sociopolítica que encorpam as instituições políticas e sociais. Na África, isso seria visível nas diferentes formas de se contar uma tradição oral, modificáveis de acordo com os estímulos do meio. Por exemplo, uma tradição oral pode ser alterada para atender a reivindicação de membros que almejam conquistar uma posição de liderança na comunidade. Somada à proeminência ancestral – intimamente ligada com chefia política –, a tradição original é também um aspecto cultural hereditário e perpétuo, estruturante das visões de mundo e das ideologias que fornecem coesão ao

4 A palavra “etno-historiador” será aplicada aqui no sentido restrito aos pesquisadores identificados à antropologia histórica.

5 O que foi aqui denominado *história regressiva* é chamado por Jan Vansina de *upstreaming* (Vansina 2004, 12-13; 1990, 32-33). É importante salientar que a mesma noção de *história regressiva* já estava presente em Marc Bloch (2001, 66).

corpo social. Assim, ela é um traço “estrutural”, “natural” ou “biológico” das sociedades, africanas ou não (Vansina, 2004, 2; 1990, 5-6, 8-9, 31 e 33).⁶

Há um terceiro elemento necessário ao processo histórico, encarregado da mudança ao longo do tempo. São os processos de convergência e divergência, uma espécie de “motor” que faria mover o desenvolvimento humano, através da adoção de novas técnicas ou tecnologias, gerando com isso inovações sociopolíticas (Curtin 1995, 6-8; Vansina 2004, 14). Por sua vez, sucessivas inovações fariam com que aglomerados populacionais “saltassem” de um estágio de desenvolvimento “simples” a outro mais “complexo”, de tal forma que a evolução sociopolítica fosse uma escada, perfeita por vários degraus ou estágios, superáveis em prol do alçamento a um “nível superior” de desenvolvimento, na forma de uma sociedade política ou governança (Vansina 2004, 2).⁷ Dito de outra maneira, a evolução das comunidades africanas passaria pela união de diversos agrupamentos sob a égide de uma governança, em torno da qual as sociedades políticas organizam instituições responsáveis pela manutenção da ordem interna e pela defesa contra as ameaças externas (Vansina 2004, 2-3 e 261).

Para os fundadores dos estudos africanos de Madison-Wisconsin, a noção de “fronteira” pode ser interpretada como uma linha divisória entre mundos e histórias distintas, conjugada de acordo com comunidades socio-culturais, linguísticas e tradições de pensamento capazes de relacionar memórias e processos de mudança que variam diacrônica e sincronicamente. A ideia de *fronteira africanista* é percebida à luz das noções de mundo e de história.

Tais concepções de temporalidades e espacialidades foram repensadas por alguns historiadores transnacionalistas das décadas de 70 às de 90.⁸ Joseph C. Miller (1995), John K. Thornton (1998) e Linda M. Heywood (2002) não estabelecem um corte profundo entre aquilo que seria propriamente africano, daquilo que seria propriamente europeu. Valendo-se de categorias

6 Por exemplo, Curtin utiliza a “lei do menor movimento” (*the rule of least moves*), um paradigma das ciências naturais que defende que a tendência de uma ação vingar é diretamente proporcional ao menor gasto de energia, para explicar como a migração de grupos populacionais resultou no povoamento de regiões cada vez mais distantes (Curtin 1995, 6-7).

7 Os etno-historiadores americanos utilizam termos políticos bastante diversos, para descrever realidades políticas igualmente diversas, através das palavras *governance*, *government* e *polity*. Aqui elas são traduzidas como “governança”, “governo” e “regime político”, respectivamente.

8 O termo, do inglês *transnationalist history*, foi usado por Tobias Green para caracterizar essa corrente (2012, 1). A perspectiva transnacional nos estudos africanos foi fortemente influenciada pelos trabalhos de Fernand Braudel, Frédéric Mauro e Pierre e Huguette Chauu (Green 2012, 1 e 6; Thornton 1998, 13-14 e 17).

universais de análise, para essa seara o que diferenciam as sociedades não são necessariamente as instituições sociais que as moldam – família, parentesco, filiação transversal e outros “contextos específicos” –, mas as experiências históricas. A historicidade das sociedades africanas opera tal qual as das demais sociedades humanas, embora suscite manifestações e variações particulares.

Além disso, alguns denominadores econômicos, religiosos ou políticos poderiam ser acionados para explicar a conexão entre mundos distintos. Aqui uma consideração importante sobre os contatos é ressaltada. Os grupos identificados como “africanos” não foram meros espoliados ou coadjuvantes da expansão europeia no Atlântico, mas atores da relação do continente com o comércio Atlântico; em contrapartida, a influência estrangeira poderia gerar inovações decisivas ao serem absorvidas. Nesse sentido, Miller escreveu em *Kings and Kinsmen: Early Mbundu States in Angola* que o estabelecimento da aliança política entre portugueses e africanos teria facilitado o desenvolvimento pleno do estado imbangala⁹ do kulaxingo¹⁰ (Miller 1995, 174-175, 177, 182, 189 e 195-196). Thornton, em *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World* (1998), propôs a existência do chamado “mundo atlântico”, como resultado do intercâmbio cultural e comercial entre Europa, África e América, sendo tal perspectiva reforçada em *A Cultural History of the Atlantic World* (2012).

Sublinhando o jogo de forças existente no Atlântico, Tobias Green lembra que a perspectiva transnacionalista integrava as economias e culturas no sistema global (Green 2012, 1). Por “global”, entende-se europeu, mercantilista, expansionista e ultramarino. Por sua vez, John K. Thornton pondera que o tráfico de escravos operou através do sistema legal e das relações sociais que faziam parte das sociedades africanas (Thornton 1998, 97), propiciando o alargamento dos contatos atlânticos e a interconexão entre histórias – local, regional e global – no processo de longa duração (Thornton 2012, 5; Green 2012, 1 e 24-26).¹¹ Mais do que comparar mundos diferentes, é necessário conectá-los, em vista de categorias que estruturam o universo humano.

Por estarem intimamente associadas à problemática dos descobrimentos e à dos contatos entre sociedades distintas, a determinação de fronteiras e a possibilidade de conectá-las viabilizam análises baseadas nos

⁹ Joseph C. Miller propõe que os grupos guerreiros chamados de “jagas” na documentação portuguesa seriam os “imbangalas” (Miller 1995, 149).

¹⁰ Segundo Miller, “kulaxingo” era um título de poder lunda utilizado pelos imbangalas (Miller 1995, 189).

¹¹ Aqui mantemos o termo “transnacionalismo”, do inglês *transnationalism*, como empregado por Tobias Green.

“jogos de escalas”, associando o global – as redes de comércio e filiação de longa-distância – com o regional – a decisão política dos soberanos e seus reflexos locais – e os fatos locais. A lente analítica também pode ser ajustada às variadas temporalidades, como a da longa duração – as estruturas – da média duração – os ciclos econômicos – e da curta duração – o fato. Em uma escala reduzida, seria possível vasculhar os diferentes agentes que coabitaram espaços compartilhados – disposição de pessoas em grupos, subgrupos, comunidades e aldeias –, além de esquadriñar as fontes escritas, pormenorizando as relações mantidas entre os termos, os nomes e os vocábulos na composição textual.¹²

A luso-africanidade como ponte de conexão

Nos estudos africanos, a proposição de histórias específicas – a história dos mbundu, dos imbangala, do Kongo – normalmente está inserida à precondição das histórias gerais, como a história da África ou a história da expansão portuguesa. Seja através do enfoque geral ou específico, essas histórias não são fechadas em si mesmas. Assim sendo, desde a década de 60 os historiadores africanistas propuseram meios de comunicação e intersecção entre as várias histórias. A ideia de conexão global propiciou meios efetivos para o estudo da mediação e das formas de negociação, urgindo a necessidade de ultrapassar as ideias de “isolamento” e “exoticidade” africanas. Um dos desdobramentos dessa abordagem foi o desbravamento da noção de luso-africanidade, ou de pessoas identificadas como “luso-africanas”,¹³ entendidas como agentes mestiços em termos sanguíneos, culturais e políticos.

A conformação das identidades luso-africanas está respaldada na transposição de fronteiras. Ademais, se pontua que tais relações estão remetidas aos aspectos culturais e econômicos que funcionam como pontes de conexão entre as carreiras comerciais do Atlântico com as caravanas mercantis do Saara, como explicaremos abaixo.

Apoiado no modelo analítico da “diáspora comercial”,¹⁴ Philip D. Curtin afirmou que os mercadores, ao cruzarem a fronteira cultural-tradicional,

12 Nesse sentido somos influenciados por Zeron *et al.*, 2015.

13 São diversos os termos utilizados para se referir a esses indivíduos: “euro-africano”, “afro-europeu”, “afro-português” e o mais comum deles, “luso-africano”. A esse conjunto de rótulos, mais ou menos coeso e aparentado, denominaremos “luso-africanidade”.

14 Ou *trade diaspora*, termo cunhado por Abner Cohen, segundo Curtin.

desempenhavam o papel de “intermediários transversais entre culturas”,¹⁵ transformando-se no embrião do “comércio diaspórico”. Com o passar do tempo, esses indivíduos constituíam comunidades itinerantes dentro dos enclaves estrangeiros que os acolhiam, facilitando o comércio e a manutenção de redes mercantis (Curtin 1975, 59). O sucesso da diáspora comercial estava diretamente vinculado com a capacidade dos “intermediários transversais” em perpetuar os vínculos com aqueles que cediam morada ou permissão de residência, o que envolvia dois tipos de atuação mediadora. Por um lado, para assegurar os negócios mercantis, os intermediários transversais deveriam se portar conforme os hábitos e os costumes locais, por exemplo respeitando a rede de parentesco e os rituais das comunidades acolhedoras. O firmamento de laços de solidariedade viabilizava as trocas comerciais, podendo gerar a mistura cultural e sanguínea em sentidos diversos. Por outro lado, nos campos econômico e jurídico, a mediação deveria auxiliar no trato com as diferentes autoridades locais, de tal forma que os estrangeiros fossem capazes de utilizar as jurisdições regionais para o benefício próprio (Curtin 1975, 60).

Os intermediários transversais exerciam múltiplos ofícios, podendo auxiliar na estruturação de “enclaves comerciais” capazes de monopolizar a ligação entre sistemas econômicos distintos. Sobre isso, Curtin forneceu o exemplo dos juulas, em oposição ao caso europeu. Centrada em pequenas firmas autofuncionais, a “diáspora comercial juula”¹⁶ não monopolizou o comércio porque detinha técnicas simples de financiamento e determinação de valores, incapazes de controlar as “forças de mercado”. O mesmo não acontecia com os enclaves europeus, multifuncionais e agregadores de uma grande multiplicidade de especialistas. A própria composição social desses enclaves era mais diversa, contando com pessoas miscigenadas e de diferentes lastros culturais, diferentemente das comunidades juulas, pouco mistas e, normalmente, reprodutoras de hierarquias sociais similares às das comunidades vizinhas. Foi através da multifuncionalidade e do hibridismo cultural, ou mesmo sanguíneo, que os intermediários que atuavam nos encla-

15 A palavra originalmente utilizada por Curtin é *cross-cultural broker*.

16 Os juulas (dioula ou dyula) são povos mercantis espalhados por diversas regiões da África Ocidental. O historiador americano identifica três diásporas comerciais juulas na Senegâmbia: i) A primeira do grupo Gajaaga, cultural e linguisticamente pertencentes aos soninkes (também conhecidos como sarakole, saraculeh ou sarahuli) (Curtin 1975, 69-72); ii) A segunda do grupo Jahaanke, formada por “soninkes melinkezados”, situados em Jahaba (Curtin 1975, 69-72 e 76); iii) A terceira do grupo Mori, composto por malinkes muçulmanos que faziam o comércio da boca do rio Gâmbia até Bamako, no rio Níger (Curtin 1975, 69-72 e 81). Apesar da palavra “juula” ter uma tradução para o português, “diula”, optaremos pela grafia em malinke, assim como propôs Philip D. Curtin.

ves europeus conseguiram monopolizar a conexão entre o comércio atlântico e o transaariano (Curtin 1975, 60, 63-66).

Walter Rodney foi outro pesquisador que destacou a importância dos intermediários, encarando-os como indivíduos que não eram nem “portugueses”, nem “africanos”.¹⁷ Para ele, o contato entre sociedades e culturas distintas foi o efeito colateral da “expansão do sistema comercial europeu para abarcar os papéis específicos na produção global” (Rodney 1989, 199), garantindo com isso o afluxo de bens entre sociedades em “estágios fundamentalmente diferentes de desenvolvimento”. O “comércio euro-africano” ajustava duas tradições socioeconômicas assimétricas, uma de matriz europeia, mais desenvolvida, outra de matriz africana, menos desenvolvida. Do desequilíbrio econômico surgiram os “afro-europeus” (Rodney 1989, vxiii, 191-192). Ora identificados como sucessores dos “lançados”, “tangomaos”¹⁸ e “grumetes”,¹⁹ ora como membros de famílias miscigenadas como os Caulkers, Clevelands e Rogers da Serra Leoa, para Walter Rodney os afro-europeus são caracterizados como mulatos que “serviam aos interesses do mercantilismo” (Rodney 1989, 200). A sua variedade mais específica, o luso-africano, foi descrito pelo pesquisador como sendo “intimamente associado aos portugueses”, na forma de uma identidade ligada à cristandade e ao lusitanismo, não obstante a negritude da pele (Rodney 1989, 202-203). As comunidades luso-africanas eram culturalmente híbridas, pois seus integrantes tinham tatuagens, usavam vestes ocidentais, portavam espadas, mosquetes e falavam o “crioulo português”. Adeptos de uma religião sincrética, na qual a cruz tinha tanta

17 Normalmente Rodney utiliza os termos “afro-europeus” e “afro-portugueses”.

18 Diversos são os entendimentos sobre o que foram os “lançados” e “tangomãos” (tango-maus ou tangomãos). Primeiramente, eles são descritos como portugueses que viviam na costa da Guiné, “à margem da própria lei” portuguesa (Torrão 1995, 24-26). Eram indivíduos que viviam na costa atlântica, atuavam no comércio atlântico e que passaram por um processo de “miscigenação”, sendo assim denominados “luso-africanos” (Horta 2010, 56-57; Curtin 1975, 75-76). Para Walter Rodney, tanto “lançado” quanto “tangomaos” foram termos genéricos empregados para designar os comerciantes privados, sendo que os primeiros eram brancos que residiam no continente e atuavam como os “pombeiros” de Angola, enquanto que os segundos eram brancos que adotaram a religião e os costumes locais (Rodney 1989, 74-75, 81). Os lançados eram frequentemente identificados como cristãos-novos (Green 2007, 28-29, 101-102).

19 “Grumete” era um termo utilizado para se referir a qualquer africano que fosse ajudante de mercadores europeus e que habitava nas comunidades de lançados (Rodney 1989, 77). Poderiam ser “marinheiros recrutados[,] sobretudo entre os grupos marítimos africanos[,] pelos comerciantes portugueses e luso-descendentes”, prestando serviços como os de guias, reparadores de barcos e mercadores. Os grumetes podiam se apresentar tanto como africanos, quanto como portugueses, indicando uma “múltipla fluidez identitária” (Horta 2010, 62-63 e nota 65).

importância quanto os “gris-gris”,²⁰ os luso-africanos celebravam os santos católicos, ao mesmo tempo em que faziam homenagens aos ancestrais. Por fim, exerciam atividades profissionais de mediação, como as de intérpretes, diplomatas, pilotos e conselheiros, além de se dedicarem às atividades comerciais privadas (Rodney 1989, 202-204, 207-208, 212, 216-219, 221).

No pensamento de Rodney, a luso-africanidade figura à guisa de um nó de junção entre uma “economia desenvolvida”, pré-capitalista, e outra “subdesenvolvida”, africana (Thornton 1998, 74, 77-79 e 85-86). Entendido como uma categoria religiosa e cultural mista, o mulato tinha a facilidade de transitar entre mundos, exercendo com isso a função de transposição de fronteiras.

Aprofundando as considerações acerca do “contexto de dependência econômica”, Paul E. Lovejoy defende que a “economia de estado africana” procurou monopolizar o tráfico de escravos, participando assim do desenvolvimento do capitalismo comercial (Lovejoy 2002, 15, 20-22, 180). Nesse processo, a cooperação africana com o tráfico atlântico transformou aos poucos as sociedades endógenas em “sociedades escravocratas” divididas em classes (Lovejoy 2002, 177-9, 210-211). A elite dirigente dessas sociedades, os “senhores da guerra”, ávidos pelas mercadorias obtidas através do tráfico de escravos, passaram a fomentar as razias pela caça de homens, gerando um “estado geral de insegurança”. No âmago dessas autocracias escravagistas residia uma classe dominante de luso-africanos, assegurada pelo privilégio de trânsito entre mundos distintos (Lovejoy 2002, 178-179).

Outra ponderação sobre a luso-africanidade deriva das críticas de John K. Thornton em relação ao “subdesenvolvimento africano” de Walter Rodney e ao “estado geral de insegurança”, de Paul E. Lovejoy (Rodney 1989 e 2012; Lovejoy 2002). Discordando de ambos, Thornton nega a hipótese de disparidade econômica e política, alegando que a inferioridade e o caos africanos são inverossímeis (Thornton 1998, 54-55, 74, 77-79, 85-86, 89-90 e 93-94). Além disso, Thornton sustenta que a ingerência europeia no continente, entre os séculos XV e XVIII, foi pequena, o que torna insustentável a “tese da transformação” e subsequente “estado de guerra geral” instaurado na África (Thornton 1998, 54-55; 2003, 150-151). Exaltando o protagonismo²¹ dos povos africanos, Linda Marinda Heywood e John K. Thornton consideram

20 Segundo Rodney, os “gris-gris” eram amuletos utilizados pelos povos da Alta Guiné, constituídos por um pedaço de papel alojado dentro de uma bolsa de couro (Rodney 1989, 230-231).

21 O termo “protagonismo”, ou “protagonismo africano”, foi sugerido por Alexandre A. Marcussi.

que a presença europeia não fora imposta pelos estrangeiros, mas consentida quando possível e absorvida pelos locais quando necessária. Além disso, ao minimizar o impacto negativo do tráfico no continente, Heywood e Thornton ressaltam que a influência estrangeira proporcionou o surgimento de uma “cultura crioula atlântica”, caracterizada pela utilização de sobrenomes locais misturados a nomes portugueses, uso de roupas europeias e canto de músicas estrangeiras (Seibert 2012, 33-35). Entendido como um sinônimo de “crioulização”, esse hibridismo caracterizaria outro tipo de luso-africanidade, marcado também pela “mistura racial” que possibilitava a vivência “nos dois mundos da África Central” (Thornton 2012, 253-254; Heywood and Thornton 2007; Heywood 2002).

A crioulização reincide nas historiografias sobre Cabo Verde e Guiné-Bissau. Para Tobias Green e Iva Cabral, tal fenômeno é sobretudo insular, em contraposição à costa da Guiné e demais porções continentais, onde vigorou a luso-africanidade (Cabral 1995, 272; Green 2007, 27; Seibert 2012, 50-51). De maneira mais circunscrita, a crioulização seria um reflexo da crise econômica, marcada pelo processo de “virada para dentro” do arquipélago de Cabo Verde (Teixeira 2005, 13, 19, 184-186 e 192). Tal explicação também percorre a *História Geral de Cabo Verde*, organizada por Maria Emília Madeira Santos (1995), cuja pedra angular reside no modelo de análise de Maria Manuel Ferraz Torrão, relacionado aos “ciclos econômicos”. A explicação proposta por Torrão é a seguinte: um primeiro ciclo de desenvolvimento econômico vigorou entre os séculos XV e XVI, próspero graças à função de “complementaridade”, ou “ponte de conexão”, que o povoamento insular desempenhou como sustentáculo de intermediação entre o comércio atlântico e a periferia das rotas transaarianas (Torrão 1995, 17-19, 24-26). Na passagem do século XVI para o XVII, tal rota entraria em declínio, dando lugar a um rearranjo sistêmico no qual o arquipélago seria dispensado do comércio transatlântico (Torrão 1995, 34-35 e 94, 116, 123). A isolação de Cabo Verde dispararia a crioulização, enquanto que no continente os descendentes dos miscigenados ficariam à mercê da luso-africanidade. Enquanto que aquela seria marcada por uma forte “mulatização”,²² esta seria marcada por uma forte “africanização” (Green 2007, 29 e nota 19; Cabral 1995, 232, 236 e 245; Silva 1995, 352-353).

A luso-africanidade tinha a singularidade de reproduzir algumas *práticas identitárias múltiplas*, segundo Tobias Green e José da Silva Horta, capazes de recriar um universo no qual os aspectos endógenos e exógenos convergiam em prol de um “mundo luso-africano”, ou em uma “rede de filia-

22 Trata-se de um fenômeno de mistura sanguínea e de coloração da pele (Teixeira 2005, 13 e 19; Silva 1995, 352-353). Já a “crioulização” é um conceito originalmente derivado da linguística (Seibert 2012, 30-31).

ção cripto-judaica”. Retomando as discussões de Peter Mark (2008), Georg E. Brooks (2003) e Philip J. Havik (2004), Green ressalta que tais práticas determinam a fusão de aspectos culturais de diferentes matrizes – judaica, africana, portuguesa, entre outras –, criando comunidades porosas receptíveis à presença de forasteiros. Essa seria a “síntese moderna” da experiência europeia no ultramar (Green 2007, 28-29, 337-338). Argumentação parecida enseja José da Silva Horta, para quem a produção textual está refletida na consolidação de um “mundo cabo-verdiano-guineense”, representado por uma cadeia de intermediários, ou “informantes co autores” luso-africanos, responsável pela transmissão de informações que acabariam fixadas no formato de texto. Para ser operável, essa cadeia de intermediação acionava práticas identitárias multifacetadas e suscitava pertencimentos fluidos, mediante os quais um indivíduo fisicamente africano poderia reivindicar ser português, ou um judeu poderia reivindicar ser católico (Horta 2010, 2-3, 5, 9, 377-379).

Para Green e Horta, as comunidades duais, ou luso-africanas, figuram como o ponto-chave para a proposição de uma escrita de “história conectada”,²³ modelo que pretende “reconstituir os laços históricos”, de povos diferentes, por meio de “denominadores comuns”. A dita “história da luso-africana” abarcaria as “duas faces de uma mesma moeda”, fundindo a história da expansão europeia com a história da África, tal como deveria acontecer com “todas as outras histórias extra-europeias envolvidas com a primeira” (Horta 2010, 10). Na contramão do que propõem Philip D. Curtin e Walter Rodney, a elevação da luso-africanidade como denominador comum parece obliterar a diferença, a assimetria e a dissonância entre as sociedades imersas no contato Atlântico. O enfoque investigativo nas identidades múltiplas ou multifacetadas relega as experiências efetivas de reprodução social e os choques políticos e militares para um segundo plano, dirimindo a violência colonial e suscitando uma quase “amnésia” sobre o que foram as relações de dominação que vigoraram no Atlântico.

Conclusão

Os entendimentos variados sobre mundos, fronteiras, hibridismos e crioulações entrecortam as noções de fronteira e luso-africanidade. Recentemente, os debates acerca dessas temáticas reacenderam os ânimos acadêmicos, suscitando críticas e soluções diversas. Basta verificar os artigos

23 José da Silva Horta se refere à chamada *connected historie*, lembrando dos trabalhos de Roger Chartier, Sanjay Subrahmanyam e Serge Gruzinski, John K. Thornton e Patrick Manning (Horta 2010, 10 e nota 28).

de Roquinaldo Ferreira (2006; 2012), Flávio dos Santos Gomes (Gomes e Ferreira, 2008), Rafael de Bivar Marquese (2006), Maria da Conceição Neto (1997) e Francisco Bethencourt (2011). À luz das considerações tecidas por esses pesquisadores e das elucubrações desenvolvidas neste artigo, expediremos algumas ponderações.

Uma metodologia que minimiza a diferença entre sociedades e, portanto, que abdica da demarcação de fronteiras, é controversa. Primeiramente, quando os limites entre o “eu” e o “outro” são versáteis, tem-se a impressão de que a igualdade entre os povos resulta em relações políticas e sociais horizontais. O perigo reside na substituição do olhar minucioso pelas generalizações simplistas, respaldadas nos denominadores do hibridismo cultural, da miscigenação sanguínea, das identidades múltiplas, do sincretismo religioso e da fusão social pacífica entre as sociedades em contato. Em último caso, o abrandamento do ambiente conflituoso e o enfoque na conciliação entre os povos diminui a importância da discordância entre eles, como se a concordância suplantasse a divergência. É isso o que acontece quando os luso-africanos e “integrados” figuram como temática central das investigações: a luta entre os homens perde relevância e a desigualdade é mitigada.

Em segundo lugar, as noções de hibridismo, sincretismo, mulatização e criouliização carecem de definições circunscritas. O que seriam trocas e misturas culturais? Em qual ambiente uma matriz religiosa ou culturalmente “pura”, “original” e “isolada” é preservada? Os contextos analisados são de fato relevantes em relação ao todo?²⁴ A falta de clareza epistemológica e analítica gera uma fluidez exacerbada entre o que é “ocidental” e o que é “africano”, tendo como efeito colateral a degeneração dos limites e das dessemelhanças entre o eu e o outro. Reforçando nossas considerações anteriores, isso acentua a rejeição, ou obliteração, da crueldade do tráfico de escravos, da violência gerada pela experiência de dominação colonial, da exploração sexual sofrida pelas mulheres africanas e do sofrimento infligido aos negros “europeizados”. Assim sendo, apesar da proposta de “história luso-africana” ser tentadora, ela comumente apresenta feições da superioridade europeia, sendo indiferente aos processos assimétricos que por vezes marcam o choque entre sociedades distintas (Sanches 2011, 33).

No final das contas, revitalizar a noção de fronteira permite não apenas a evidenciação do contato como uma experiência traumática de negociação e conflito, como também aguça a reflexão crítica a respeito da produção acadêmico-científica sobre a África, fomentando o questionamento das noções de “sociedades com Estado”, “sem Estado”, do “pensamento hamita” e

24 Veja por exemplo o trabalho de Souza, 2006.

da “hipótese do estado sudanês”.²⁵ Além disso, o revigoramento da noção de fronteira pode ser associado à exploração das pontes de conexão entre mundos distintos, bem como à investigação sobre as formas de atravessamento de fronteiras e a análise pormenorizada dos agentes implicados nelas, como propõe Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron (1999, 30-31, 37-38). Se bem que a tais abordagens guardam alguns riscos e desvantagens.

Por um lado, a noção de fronteira e correlativas encapsulam ideias ligadas ao evolucionismo e à diferença entre os “mais complexos” e os menos “complexos” (Macgaffey 2008, 224, 239). Por outro lado, a associação da fronteira africanista à ideia de tradição original é atualmente criticada por pensadores africanos. Para Achille Mbembe, a ideia de tradição africana foi criada, durante o período colonial, como uma forma de inserir os povos locais na órbita dos “civilizados”. Dessa forma, a “África exótica” passou a ser enquadrada na “universalidade humana”, ao mesmo tempo que salvaguardaria suas especificidades ou identidades próprias (Mbembe 2001, 178-179 e 188). Valentin-Yves Mudimbe também desconfia da pretensa validade histórica da tradição, alegando que muitas vezes ela seria uma “ideia da África” relacionada à tradição de pensamento ocidental, não necessariamente ancorada em alguma materialidade endógena (Mudimbe 1994, xv). Já para Paulin J. Hountondji, as tradições, quando interpretadas através da ótica etnológica europeia, estariam ligadas aos discursos ideológicas sobre a África (Hountondji 2008, 150-151 e nota 4).

Mesmo assim, as problemáticas sobre as fronteiras e as luso-africanidades continuam debatidas. O sinal mais claro disso derivam de duas obras. A primeira delas é a *The African Frontier: The Reproduction of Traditional African Societies*, editada por Igor Kopytoff em 1987. Nela observamos a caracterização da “fronteira africana” como sendo regional e aberta, “interna” e “intersticial”,²⁶ sendo assim marcada por ambivalências e sobreposições de tradições e culturas. Como observa Catarina Madeira Santos (2005, 14-16), tal noção de fronteira é suscetível aos “avanços”, aos “recuos”, às “recepções” e às “recriações” dos povos e culturas em contato, tornando-a “flexível” e “dinâmica”. A outra é *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*, publicada por Joseph C. Miller em 1988. Nela, a expansão da “fronteira escravista” para o interior confirmou a grande importância que

25 Segundo Miller, a “hipótese do Estado sudanês” encapsula algumas das premissas do “pensamento hamita”, sendo a mais importante delas as associações entre a “conquista civilizatória” com a do surgimento dos Estados (Miller 1995, 2-4, 7). Jan Vansina foi um dos principais pesquisadores a refutar essa abordagem, embora ela ainda seja discutida. Ver Barry 2000, 24; Miller 1995, 8-10, Santos 2008, 173.

26 Os termos empregados são *internal* e *interstitial* (Kopytoff 1987, 9).

o tráfico atlântico detinha para o erário régio e para os agentes implicados no comércio de pessoas, como os governadores e capitães. Nesse sentido, tanto Joseph C. Miller como Paul E. Lovejoy concordam que havia uma espécie de linha geograficamente indeterminada, talvez até “imaginária”, de onde a maior parte dos escravos “exportáveis” para o comércio atlântico poderia ser drenada (Lovejoy 2002; Miller 1988, 666 e 676). Fato é que a travessia de qualquer uma dessas fronteiras implica na participação efetiva de agentes que, ao sustentarem identidades dúbias ou ambíguas, não necessariamente mediavam o encontro entre culturas distintas ou produziam uma cultura híbrida.²⁷

Novas pesquisas empíricas, voltadas à realidade material dos grupos e individualidades africanas, bem como à perscrutação das fontes escritas, podem trazer contribuições valorosas às dinâmicas e às complexidades dos encontros, contatos e das relações de dominação que entrelaçavam as sociedades, temporalidades e espacialidades imersas no tráfico de escravos e no avanço capitalista. O foco da questão não é tanto generalizar, mas interconectar e comparar saberes e conhecimentos específicos, para, com isso, alcançar uma universalização imaginável que viabilize a escrita das histórias de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau a nível atlântico ou global. Mais do que postular a existência de denominadores comuns remetidos à escrita de uma história luso-africana, entrevemos que é necessário encetar descrições, análises e avaliações capazes de desvelar e constatar o todo pelas partes, harmonizando com isso as lentes metodológicas da microescala com a da macroescala.

Referências

- Alencastro, Luiz Felipe de. 1998. “A economia política dos descobrimentos.” In *A descoberta do homem e do mundo*, organized by Aduino Novaes, 193-207. Rio de Janeiro: Minc-FUNARTE; Companhia das Letras: São Paulo.
- Barry, Boubacar. 2000. *Senegâmbia: o Desafio da História Regional*. Amsterdam: South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (SEPHIS); Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos/ Universidade Candido Mendes.

²⁷ Mais considerações a respeito das relações entre fronteiras e identidades podem ser verificadas em Ito 2015, 1-10; 2016, 297-298, 310-311.

- Bethencourt, Francisco. 2011. "Creolization of the Atlantic World: The Portuguese and the Kongolese." *Portuguese Studies* 27, no. 1: 56-69. doi:10.5699/portstudies.27.1.0056.
- Birmingham, David. 1999. *Portugal and Africa*. Athens: Ohio University Press.
- _____. 2000. *Trade and empire in the Atlantic, 1400-1600*. London and New York: Routledge.
- Bloch, Marc Leopold Benjamin. 2001. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Translated by André Telles. Rio de Janeiro: Zahar. First edition, 1949.
- Bornheim, Gerd. 1998. "A descoberta do homem e do mundo." In *A descoberta do homem e do mundo*, organized by Adauto Novaes, 17-53. Rio de Janeiro: Minc-FUNARTE; Companhia das Letras: São Paulo.
- Brooks, George E. 2003. *Eurafricans in the Western Africa: Commerce, Social Status, Gender, and Religious Observance from the Sixteenth to the Eighteenth Century*. Athens: Ohio University Press; Oxford: James Currey.
- Cabral, Iva. 1995. "Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercancia e estagnação." In *História Geral de Cabo Verde*, coordinated by Maria Emília Madeira Santos and, Luís de Albuquerque, 17-123. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, vol. II.
- Curtin, Philip D. 1975. *Economic Change in Precolonial Africa: Senegambia in the Era of the Slave Trade*. Wisconsin: University of Wisconsin, vol. I.
- _____. 1995. *Why People Move*. Waco: Baylor University Press.
- Curtin, Philip D., Steven Feierman, Leonard Thompson, and Jan Vansina. 1995. *African History: From Earliest Times to Independence*. Edimburgo: Longman Pearson Education, First edition, 1978.
- Ferreira, Roquinaldo. 2012. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil During the Era of the Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 2006. "'Ilhas crioulas': o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica." *Revista de História (USP)*, no. 155 (2ffl): 17-41. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.voi155p17-41>.
- _____. 2008. "The Supply and Deployment of Horses in Angolan Warfare (17th and 18th centuries)." In *Angola on the Move: Transport Routes, Communications and History*, edited by Beatrix Heintze

- and Achim von Oppen, 42-51. Frankfurt am Main: Verlag Otto Lembeck. <http://www.frobenius-institut.de>.
- Godinho, Vitorino Magalhães. 1998. "O que significa descobrir?." In *A descoberta do homem e do mundo*, organized by Adauto Novaes. Rio de Janeiro: Minc-FUNARTE; Companhia das Letras: São Paulo.
- Gomes, Flávio, and Roquinaldo Ferreira. 2008. "A miragem da miscigenação." *Novos estudos CEBRAP*, no., 80: 141-160. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002008000100010>.
- Green, Tobias. 2012. *Brokers of Change: Atlantic Commerce and Cultures in Precolonial Western Africa*. Oxford: The British Academy/ Oxford University Press.
- _____. 2007. "Masters of Difference: Creolization and the Jewish presence in Cabo Verde, 1497-1672." PhD diss., University of Birmingham.
- Havik, Philip J. 2004. *Silences and Soundbites: The Gendered Dynamics of Trade and Brokerage in the Pre-colonial Guinea Bissau Region*. Münster: Lit Verlag, 2004.
- Heywood, Linda M. 2002. *Central Africans and cultural transformations in the American diaspora*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Heywood, Linda M., and John K. Thornton. 2007. *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas, 1585-1660*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hernandez, Leila Leite. 2014. "A itinerância das ideias e o pensamento social africano." *Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 21(40): 195-225.
- Horta, José da Silva. 2010. "A 'Guiné do Cabo Verde': produção textual e representações (1578-1648)." PhD diss., Universidade de Lisboa. First edition, 2002.
- Ito, Alec I. 2016. "Uma "tão pesada cruz": o governo da Angola portuguesa nos séculos XVI e XVII na perspectiva de Fernão de Sousa (1624-1630)." MP thesis, Universidade de São Paulo (USP). <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03112016-152529/pt-br.php>.
- _____. 2015. "Uma imagem multifacetada de 'Angola' na década de 1620." In *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*, 1-20. Florianópolis: ANPUH.

- http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439076717_ARQUIVO_ANPUH_2015_completo_AlecIto_v4.pdf.
- Kopytoff, Igor. 1987. *The African Frontier. The Reproduction of Tribal African Societies*. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press.
- Lovejoy, Paul E. 2002. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Translated by Regina A. R. Bhering e Luiz Guilherme B. Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. First edition, 1983.
- Lovejoy, Paul E., and Nicholas Rogers. 1995. *Unfree Labour in the Development of the Atlantic World*. London: Frank Cass Publishers.
- Macgaffey, Wyatt. 2008. "Crossing the River: Myth and Movement in Central Africa." In *Angola on the Move: Transport Routes, Communications and History*, edited by Beatrix Heintze and Achim von Oppen, 221-242. Frankfurt am Main: Verlag Otto Lembeck. <http://www.frobenius-institut.de>.
- Mark, Peter. 2002. "Portuguese" style and Luso-African identity: precolonial Senegambia, sixteenth-nineteenth centuries. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press.
- Marquese, Rafael de Bivar. 2006. "A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX." *Novos estudos CEBRAP*, no. 74, 107-123. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002006000100007>.
- Mbembe, Achille. 2001. "As formas africanas de auto-inscrição." *Estudos Afro-Asiáticos* 23 (1): 171-209. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2001000100007>.
- Miller, Joseph C. 2008. 1995. *Poder político e parentesco: Os antigos estados Mbundu em Angola*. Translated by Maria da Conceição Neto. Luanda: Arquivo Histórico Nacional. First edition, 1976.
- _____. 1988. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- Mudimbe, Valentin-Yves. 1994. *The Idea of Africa*. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press.
- Neto, Maria da Conceição. 1997. "Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX." *Lusotopie*, no. 4, 1997, 327-357. www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1997_num_4_1_1105.
- Novais, Fernando. 1995. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec. First edition, 1979.

- Sanches, Manuela Ribeiro. 2011. *Malhas que os impérios tecem. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edição 70.
- Santos, Catarina Madeira. 2008. "Escrever o Poder: os Autos de Vassalagem e a Vulgarização da Escrita entre as Elites Africanas Ndembu." In *Angola on the Move: Transport Routes, Communications and History*, edited by Beatrix Heintze and Achim von Oppen, 173-181. Frankfurt am Main: Verlag Otto Lembeck. <http://www.frobenius-institut.de>.
- _____. 1997. *Portugal and the World Shipping Routes*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- _____. 2005. "Um governo 'polido' para Angola: Reconfigurar dispositivos de domínio. (1750-c.1800)." PhD diss., Universidade Nova de Lisboa.
- Santos, Maria Emília Madeira, Luís de Albuquerque. 1995. *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, vol. II.
- Santos, João Marinho dos. 1998. "A Expansão pela espada e pela cruz." In *A descoberta do homem e do mundo*, organized by Aduino Novaes, 145-162. Rio de Janeiro: Minc-FUNARTE; Companhia das Letras: São Paulo.
- Silva, António Leão Correia e. 1995. "A sociedade agrária, gentes das águas: senhores, escravos e forros." In *História Geral de Cabo Verde*, coordinated by Maria Emília Madeira Santos and Luís de Albuquerque, 275-357. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, vol. II.
- Seibert, Gerhard. 2012. "Creolization and Creole Communities in the Portuguese Atlantic: São Tomé, Cape Verde, the Rivers Guinea and Central Africa in Comparison." In *Brokers of Change: Atlantic Commerce and Cultures in Precolonial Western Africa*, edited by Tobias Green, 29-51. Oxford: The British Academy/ Oxford University Press.
- Souza, Marina de Mello e. 2006. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG. First edition, 2002.
- Teixeira, André. 2005. "Povoamento: um processo que se prolonga no tempo; A administração das ilhas; A economia – o comércio: do resgate no litoral africano ao comércio transatlântico. A recolocação, a pecuária e a agricultura. A atribuição e as finanças. A sociedade." In *Nova História da Expansão Portuguesa – A colonização Atlân-*

- tica, directed by Joel Serrão and coordinated by A. H. de Oliveira Marques and Artur Teodoro de Matos, 83-172. Lisboa: Estampa, vol. III, tomo II.
- Thornton, John K. 1998. *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1800*. Cambridge: Cambridge University Press. First edition, 1992.
- _____. 2012. *A Cultural History of the Atlantic World, 1250-1820*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Vansina, Jan. 2004. *How Societies Are Born: Governance in West Central Africa before 1600*. Charlottesville: University of Virginia Press.
- _____. 1968. *Kingdoms of the Savanna*. Madison: University of Wisconsin Press.
- _____. 1990. *Paths in the Rainforests: Toward a History of Political Tradition in Equatorial Africa*. Madison-Wisconsin: University of Wisconsin Press.
- Zeron, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. 1999. "Pombeiros e tangomaus, intermediários do tráfico de escravos na África." In *Passar as Fronteiras: Actas do II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais, Séculos XV a XVIII*, coordinated by Rui Manuel Loureiro and Serge Gruzinski, 15-38. Braga: Centro de estudos Gil Eanes.
- Zeron, Carlos Alberto de Moura Ribeiro, GALERA, B. N., SOALHEIRO, B., VELLOSO, G., SAES, L., LARA, L. F., TORIGOE, L. F., and BARNABE, R. C. 2015. *Exercícios de metodologia da pesquisa histórica*. São Paulo: Casa & Palavras.

RESUMO

Este artigo ensaístico destrincha as noções de “fronteira” e “luso-africanidade”, abordando alguns casos ancorados na escrita da história de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau para os séculos XV, XVI e XVII. O fio condutor desta narrativa é o compartilhamento e a circularidade dessas noções, cindido em dois momentos. No primeiro, compreenderemos a noção de fronteira africanista, assim como ela incide nos estudos desenvolvidos pela historiografia norte-americana desde o pós-guerra. Em um segundo momento, introduziremos algumas noções de “luso-africanidade”, chamando atenção para o enfoque dado às práticas identitárias múltiplas. Ao término deste artigo, indicaremos alguns dos riscos e empecilhos que permeiam a noção de luso-africanidade, sendo que o principal deles é a dissolução das diferenças, assimetrias e desigualdades que percorreram os contatos euro-africanos. Como hipótese de trabalho, assumimos que futuras pesquisas realizem mais investigações empíricas, como também sustentem uma postura mais crítica a respeito do hibridismo cultural, da miscigenação sanguínea, das identidades múltiplas, do sincretismo religioso e da fusão social pacífica.

PALAVRAS-CHAVE

História de Angola; História de Cabo Verde e Guiné-Bissau; Fronteiras e identidades.

*Recebido em 22 de julho de 2019
Aceito em 19 de setembro de 2019*